

Os jornalistas e a cidade sem voto

Eles, que acompanharam os passos de uma

Brasília, na semana passada, nunca esteve tão perto de se igualar, politicamente, às demais unidades da Federação. Por pouco o Congresso Nacional não lhe confere o direito de eleger seus representantes — mesmo que essa eleição se limitasse a oito vagas na Câmara dos Deputados, conforme o substitutivo do senador Aderbal Jurema, relator da emenda Figueiredo, sepultada

pelo próprio autor: o Palácio do Planalto.

Mas se não foi vitoriosa desta vez, certamente a luta pela representação não tombou. Ao contrário, ela pode vir, a partir de agosto, até mais ampla, já que existe a proposta do senador Mário Maia de abrir vagas tanto na Câmara como no Senado, além de criar a Assembleia Legislativa do Distrito Federal.

O desejo de concretizar um so-

nho e a frustração em não vê-lo concretizado, passa, necessariamente, pela ótica de um jornal como o CORREIO BRAZILIENSE, que desde a fundação de Brasília acompanha a evolução da cidade, tornando-se parte da capital do poder. Em função disso, a Editoria de Cidade decidiu colher depoimentos de jornalistas que vivem o dia-a-dia de Brasília e que acompanham os passos da representação política,

luta, dão o seu depoimento

observando os caminhos que estão sendo traçados por quem faz esse movimento.

Nos depoimentos, pode-se constatar que a representação política é uma preocupação que não se limita à euforia de festa democrática. Nota-se o cuidado com os "pára-quedistas", com os possíveis representantes da comunidade, com a amplitude da representação e, naturalmente, com o próprio eleitorado.

A importância desses depoimentos está na própria discussão do assunto. Afinal, eleição para uma cidade que sempre viveu à margem do processo democrático é um assunto dominante tanto nas invasões quanto nos gabinetes do Palácio do Buriti e até mesmo do Palácio do Planalto. Acompanhe, portanto, o depoimento de gente que vê e escreve sobre as mudanças políticas na capital administrativa.

A cada tentativa vem a frustração

ARI CUNHA
Editor do CB

A cada movimento político do País, com emenda à Constituição, não faltam as tentativas para que se crie a representação política do Distrito Federal. E a cada queda dessa pretensão reaparece a frustração dos candidatos, uns, com interesse em trabalhar pela cidade, e a maioria para usufruir das benesses que o legislativo oferece.

E não estamos sem dados para isto. Vejam, por exemplo, a prepotência de Múcio Athayde, que trouxe um mandato de deputado nos confins do Brasil para tentar se reeleger depois mais próximo, no Distrito Federal. E não é à-toa a sua presença na televisão, usando chapéu atolado, de aba larga, manga arregaçada, numa disposição que não lhe é comum.

Isto, para citar um fato concreto.

De mais, veja-se a presença dos candidatos nos discursos que fazem nas solenidades oficiais, nas manifestações populares, nas cretinices sindicais, quando os dirigentes abdicam da defesa de



sua classe para se solidarizar com outras, com as quais não têm a menor ligação quer intelectual ou funcional.

Em tudo isto, uma lição. Seria melhor que a emenda não fosse retirada, para que a luta se travasse não nos bastidores, mas no plenário, com o sim e o não, como atestado de quem quisesse ou não o progresso de nossa cidade.

O poder do voto está no voto

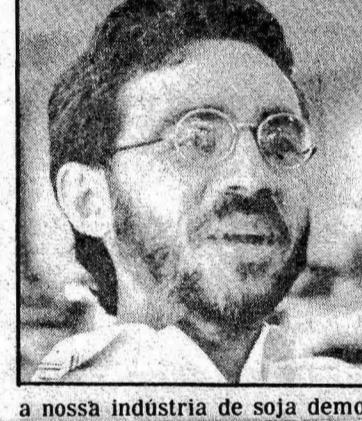
RENATO RIELLA
Editor da ANDA

Não tenho candidato. Talvez seja cedo para isso (afinal, ainda nem temos eleições...). Mas de vez em quando sinto vontade de votar.

Uma dessas vezes foi quando o ex-governador Elmo Farias resolveu dar ao Parque da Cidade o nome do seu filho. Ninguém protestou, nada se fez contra, e também ninguém precisou concordar.

Há muitos outros momentos em que sinto necessidade de uma representação política em Brasília. Agora mesmo, muitas das pessoas que conheço se queixam de abuso do Detran na emissão de multas. Mas existe a quem reclamar?

Não tenho ainda nem mesmo partido. Na verdade, em Brasília eles não existem oficialmente. Mesmo assim, sinto saudades de urna quando vejo a decisão sobre



a nossa indústria de soja demorar a sair. Afinal, que interesses impedem o GDF de resolver logo?

E assim que me sinto. Moro há mais de dez anos numa cidade na qual os meus direitos são mais relativos ainda do que no resto do país. Brasília pode até fazer barulho, mas não tem voz.

A revolução pela via democrática

DAVI EMERICH
Da Editoria de Cidade

Quando se fala em representação política para o Distrito Federal muita gente arrepia o cabelo de medo. Logo vem os argumentos contrários à ideia: "vão transformar Brasília em um canteiro de obras", "os oportunistas de última hora vão aparecer", "querem quebrar a tranquilidade da capital da República" ou "a agitação política vai grassar em todos os cantos do Plano Piloto e cidades-satélites". Este tipo de compreensão, no fundo, não passa de uma manifestação saudosa, daqueles que sempre acostumaram-se a defender seus interesses particulares no seio de um regime duro e antidemocrático, que felizmente já vai dando lugar a propostas mais ventiladas.

A representação política — e isto é inquestionável — vai proporcionar uma verdadeira revolução na vida da cidade. Todos aqueles que durante vários anos autoafirmavam-se como os arautos da comunidade vão ceder esta tribuna conquistada ilegitimamente para representantes eleitos pelo povo. Alguns empresários e alguns "líderes" que se julgavam a voz abalizada da comunidade vão, de repente, aperceber-se que na verdade falam apenas em nome de uma fração de classe e de um segmento distinto e nunca em nome da sociedade. O voto vai recolocar es-



tes líderes — existem tantos no Plano Piloto, em Taguatinga e Ceilândia —, nos seus devidos lugares: nas reuniões rotineiras dos clubes e dos llons da vida.

O exercício cívico fará o caldeirão social fervor e as lideranças políticas autênticas vão nascer do seio do povo. Vai ter prestígio aquele que passar pelo crivo do voto.

A representação política proporcionará uma melhor redefinição da vida social. Os sindicatos passarão a ocupar-se de seus problemas; as associações comerciais a defender os empresários; as associações de moradores a sua comunidade específica. A confusão de competência por parte das entidades terminará. Os políticos e os partidos precisam ocupar o seu devido lugar na história da cidade.

PELAGIO GONDIM
Editor de Cidade

O Palácio do Planalto tem inúmeras razões para não permitir que o sabor das urnas seja provado pelos eleitores de Brasília, que há 24 anos desconhecem qual o paladar de poder escolher os seus representantes. Entre essas razões, é notório o temor do Governo em se tornar hóspede da oposição, principalmente agora, diante de uma crise política e econômica que jogou o próprio Governo no poço do descredito. Uma eleição em Brasília, portanto, criaria um áspero clima político, especialmente para os homens do poder que aqui vivem. Afinal, o Governo é o seu maior inimigo eleitoral.

Fechar os olhos e tapar os ouvidos para a crescente manifestação em torno do voto no DF é, porém, um tanto difícil para quem se comprometeu em fazer deste País uma democracia. Daí, é me-

lhior conceder, por exemplo, oito vagas na Câmara dos Deputados do que dormir com um barulho desses. Além do mais, o Governo tem nomes de peso e a máquina administrativa para enfrentar, nessas urnas, nomes populares cobrados pela Oposição. Não tem,

porém, uma legenda que lhe assegure uma boa votação, mesmo sendo o maior patrão no DF. Não tem, ainda, a unidade partidária ou uma maioria que lhe garanta veta, no Congresso Nacional, qualquer proposta que anistie Brasília das urnas. Tem, por outro lado, poderes para, pelo menos, impedir que essa representação seja tão ampla como muitos candidatáveis pretendem. Assim, é mais que certa que a representação política para o DF seja questão de tempo — isto, se os rumos da abertura não se desviarem para o fechamento político que a conturbada sucessão presidencial pode provocar.

Prever o resultado de uma eleição, por enquanto, é prematuro, principalmente quando ainda estamos tentando que Brasília seja incorporada ao processo democrático. Mas, certamente, Brasília será a grande vitoriosa por essa conquista. Afinal, democracia é sempre boa. Mesmo quando má.

O longo caminho até as urnas

ALEXANDRE CAVALCANTI
Da Editoria de Cidade

Qualquer previsão sobre o futuro político de Brasília não passa de especulação. A tese da representação para o Distrito Federal, defendida pelas Oposições e por alguns setores mais liberais do PDS, está diretamente ligada a um projeto de ampla reforma constitucional, com o advento das eleições diretas já para Presidente da República, com o qual não concordam os atuais ocupantes do Palácio do Planalto.

O impasse político criado com a retirada da emenda Figueiredo do Congresso Nacional, onde estava inserida a representação de Brasília, na Câmara Federal, retardou a já retardatária eleição brasiliense, colocando na geladeira, por mais algum tempo, não se sabe quanto, o desejo e o

direito do eleitor local em escolher seus próprios representantes.

Apesar da mobilização dos líderes empresariais e da organização das associações comunitárias em favor das eleições no Distrito Federal, uma emenda que traga em seu bojo apenas o direi-

to ao voto do brasiliense, está irremediavelmente fadada ao insucesso. Aí, fica difícil acreditar nas negociações para que a proposta do senador Mário Maia seja votada no próximo dia 8, juntamente com a emenda do deputado Teodoro Mendes, prevendo diretas já.

Com isso, não se pretende afirmar que o brasiliense deve esquecer, de uma vez por todas, o seu título de eleitor no fundo do bau. Simplesmente, não acreditamos que estejamos a um passo da grande vitória final. Ao contrário daqueles que foram às praças públicas de todo o País, tendo como certo um fácil sucesso na votação da emenda Dante de Oliveira, dia 25 de abril, cuja derrota fez o Brasil inteiro chorar, é preciso alertar o brasiliense para as dificuldades que ainda vai enfrentar na difícil caminhada rumo às urnas.

Dupla face da capital do poder

MANOEL VILELA
Da Editoria de Política

Brasília apresenta-se ao País com a sua dupla face: a de cidade e a de Capital, ambas definitivamente consolidadas. Como Capital, segue cumprindo sua missão num desempenho que só não é melhor pelos desencontros e dúvidas da vida institucional brasileira. Como cidade, aqui temos inegavelmente um centro que pulsa e que soube reagir às intempéries que sobre ela se abatem.

Como cidade, Brasília só não se completa pela falta de uma representação política que a unanimidade dos habitantes locais aponta como reivindicação maior. Afinal, já temos até a primeira geração de brasilienses nascidos aqui e que aqui se formaram nos nossos cursos universitários. Só não temos ainda, inexplicavelmente, o direito de votar, embora sejamos, todos, eleitores, compulsoriamente.

Criada por uma decisão política, entendo que os políticos ainda

jada arquitetura e a beleza de suas edificações e das linhas urbanísticas enchem a vista. Não obstante, temos problemas urbanos e sociais, sobretudo nas cidades-satélites, clamando por providências concretas e voltadas exclusivamente para as suas populações. E provável que até mesmo o Presidente da República saiba, por exemplo, o que existe em termos de problemas nesse imenso e bem arrumado Plano Piloto, onde tudo é muito visível. Mas, na periferia, isto é, nas satélites, quem consegue detectar as deficiências, que ali são mais gritantes?

Não tenho ilusões e nem suponho que uma representação política possa resolver problemas como num passe de mágica. Mas, entendo que os nossos futuros representantes no Legislativo serão, sem dúvida, portadores das aspirações locais, os quais, com sensibilidade, poderão, ao menos, conferir aos problemas denunciados o enfoque mais adequado, numa escala de prioridade até aqui ignorada.

Para muitos, Deus é a solução

BETH FERANDES
Redatora da ANDA

A retirada da emenda Figueiredo, que trazia embutida a representação política para Brasília, deixou o povo triste, revoltado em alguns casos, mas ainda cheio de esperanças, pois para ele (o povo) Deus vai tomar conta do Brasil e de Brasília e vai fazer os homens de boa vontade acharem o melhor caminho para acabar com a fome e a miséria.

Essa constatação não é gratuita. Vem das dezenas de telefonemas que atendemos diariamente nas redações da Rádio Planalto e do CORREIO BRAZILIENSE, de gente querendo opinar protestar ou, na maioria das vezes, pedir que todos se unam em oração para o bem da população que, segundo dizem, está cansada de sofrer por erros que cometeu nem ajudou a cometer.

As mulheres que telefonam, geralmente donas-de-casa das cidades-satélites ou empregadas domésticas, procuram um canal para desabafar a falta de dinheiro para a feira, para o ônibus, para o lazer, para tudo aquilo que sabem ter direito. Elas dizem que o povo tem que escolher os seus representantes para poder cobrar as promessas feitas "e não deixar a coisa ficar como está". Uma delas, no dia 27, quando a Rádio Planalto transmitiu a discussão da emenda Figueiredo, pediu e foi ao ar para dizer que, procurando uma resposta para o problema brasileiro na Bíblia, abriu na página que mostrava a vitória de Davi sobre o gigante Golias.

Os homens telefonam muito para as redações. Boa parte deles quer protestar, dizer que as coisas não podem continuar no pé

que estão; que o povo tem que se unir, lutar pelo seu direito. Mas existe uma outra parcela que fica sempre com um pé atrás: para que representação política, dizem eles, se político não faz nada pelo povo, mesmo? E se desmanchem em considerações nem sempre publicáveis sobre os governantes. Outros ainda mais céticos, dizem que ao invés de votar em deputados, gastar dinheiro do povo com campanha política, passagem aérea para deputado, melhor seria dar um jeito de baixar a inflação e acabar com a carestia — duas palavras que fazem parte de qualquer bate-papo.

Revoltados ou não, ao final, a grande maioria diz mesmo que a saída para Brasília e o Brasil está nas mãos de Deus. "Só ele — afirmam — pode pôr um pouco de luz na cabeça dos homens, para deixarem o povo decidir e viver em paz".